

Nos dias 1 e 2 de junho, será promovido o I Fórum Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (FONADEM), no auditório Conselho Regional de Contabilidade (CRC/MT). O evento tem por objetivo debater a atuação da Defensoria Pública na defesa das mulheres que necessitam de acesso à justiça para a garantia dos seus direitos.

O Fórum será em formato híbrido, presencial no auditório do Conselho Regional de Contabilidade – Cuiabá, Mato Grosso e com transmissão ao vivo pelo canal da entidade. O evento contará com a participação da Defensora Pública do ES, Dra. Maria Gabriela Agapito, representante na Comissão do Condege.



CONTEÚDO

Notícias da DPES - 1

Jurisprudência do STF-2

Jurisprudência STJ-5

Jurisprudência do TJES- 7

Legislação-8

Atualidades Jurídicas-9

[Clique aqui e inscreva-se](#)

Jurisprudência STF

Ementa: DIREITO CONSTITUCIONAL. AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DETERMINAÇÃO DE ABERTURA DE VAGAS EM CRECHE OU PRÉ-ESCOLA ÀS CRIANÇAS DE ZERO A CINCO ANOS. REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 548 DA REPERCUSSÃO GERAL. APLICAÇÃO IMEDIATA DOS ENTENDIMENTOS FIRMADOS PELO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM REPERCUSSÃO GERAL. PRECEDENTES. [Clique aqui e confira.](#)

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NÃO REALIZADA. NULIDADE: INEXISTÊNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. ROUBO. REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA. FUNDAMENTAÇÃO VÁLIDA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RECONHECIMENTO PESSOAL. QUESTÃO NÃO APRECIADA PELAS INSTÂNCIAS ANTECEDENTES. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. [Clique aqui e confira.](#)

Jurisprudência STF

Ementa: CONSTITUCIONAL E PROCESSO PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ABSOLVIÇÃO. QUESITO GENÉRICO. TRIBUNAL DO JÚRI E DEVIDO PROCESSO LEGAL. CONSTITUCIONALIDADE DE APELAÇÃO DA ACUSAÇÃO QUANDO A DECISÃO DOS JURADOS FOR MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS. COMPATIBILIDADE COM A GARANTIA CONSTITUCIONAL DA SOBERANIA DOS VEREDICTOS. EXCLUSIVA COMPETÊNCIA DO JÚRI PARA A REALIZAÇÃO DE NOVO E DEFINITIVO JULGAMENTO DE MÉRITO. [Clique aqui e confira.](#)

Jurisprudência STF

EMENTA: AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. ARTIGO 33 DA LEI Nº 11.343/06. ALEGADA NULIDADE. POSSIBILIDADE DE INGRESSO EM DOMICÍLIO PELA AUTORIDADE POLICIAL DIANTE DE FUNDADAS RAZÕES QUE INDIQUEM QUE DENTRO DA CASA OCORRE SITUAÇÃO DE FLAGRANTE DELITO. APLICABILIDADE DO ENTENDIMENTO FIRMADO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL. TEMA 280. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DO “PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF”. SUPOSTA CONFISSÃO COLHIDA IRREGULARMENTE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INADMISSIBILIDADE NA VIA ELEITA. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO HABEAS CORPUS COMO SUCEDÂNEO DE RECURSO OU REVISÃO CRIMINAL. REITERAÇÃO DAS RAZÕES. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. [Clique aqui e confira](#)

Jurisprudência STJ

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. VIOLAÇÃO DO ART. 226 DO CPP. RECONHECIMENTO ATÍPICO. IMAGENS COLETADAS PELA VÍTIMA NAS REDES SOCIAIS DO ACUSADO. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. [Clique aqui e confira](#)

EMENTA: PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (ANPP). ART. 28-A DO CPP. PROCEDÊNCIA PARCIAL DA PRETENSÃO PUNITIVA. ALTERAÇÃO DO QUADRO FÁTICO JURÍDICO. NOVO PATAMAR DE APENAMENTO. CABIMENTO DO ANPP. RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. AGRAVO REGIMENTAL PROVIDO. [Clique aqui e confira](#)

Jurisprudência STJ

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. CRIME DE AMEAÇA. VIOLÊNCIA CONTRA MULHER DOSIMETRIA. VALORAÇÃO NEGATIVA DA CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DOS MOTIVOS DO CRIME. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. AMEAÇA À EX-ESPOSA COM O OBJETIVO DE IMPEDI-LA DE ACIONAR A JUSTIÇA REQUERENDO O DIVÓRCIO E PENSÃO ALIMENTÍCIA PARA OS FILHOS DO CASAL. DESPROPORCIONALIDADE DO QUANTUM NA MAJORAÇÃO DA PENA-BASE. NÃO OCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DO SURSIS ESPECIAL PREVISTO NO ART. 78, §2º, DO CP. IMPOSSIBILIDADE DIANTE DA NEGATIVAÇÃO DE UMA CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL. AGRAVO DESPROVIDO. [Clique aqui e confira](#)

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO EXISTÊNCIA. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ACOLHIDA. APLICAÇÃO DE MULTA DO ART. 1.024, § 4º, DO CPC. NÃO CABIMENTO EM RAZÃO DE MERO IMPROVIMENTO DO AGRAVO INTERNO. [Clique aqui e confira](#)

Jurisprudência do TJES

EMENTA: APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE COLETIVO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. RELAÇÃO CONSUMERISTA. ACIDENTE. OFENSA À INTEGRIDADE FÍSICA. DANOS MORAIS E MATERIAIS CONFIGURADOS. JUROS DE MORA. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. [Clique aqui e confira](#)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA DE COTA CONDOMINIAL. VÍCIO DE CITAÇÃO. AR RECEBIDO POR TERCEIRO. ATO REGIDO PELO CPC/73. CITAÇÃO ANULADA. PRELIMINAR ACOLHIDA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. [Clique aqui e confira](#)

INOVAÇÕES LEGISLATIVAS

- **Lei nº 14.572, de 8.5.2023**

Institui a Política Nacional de Saúde Bucal no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para incluir a saúde bucal no campo de atuação do SUS. [Clique aqui e confira](#)

- **PROJETO DE LEI N° _ / 2023.**

Institui mecanismo para coibição da violência contra a mulher e dá outras providências. [Clique aqui e confira](#)

ATUALIDADES JURÍDICAS

- Ação penal por registro da intimidade sexual não depende da vontade da vítima. [Clique aqui e confira](#)
- STJ não admite ação possessória para retomada de imóvel alugado. [Clique aqui e confira](#)
- HC não é via adequada para defender direito de visita de pai a filho menor. [Clique aqui e confira](#)
- Seguradora deverá pagar indenização a segurado que não tinha diagnóstico médico confirmado. [Clique aqui e confira](#)
- TJ-SP absolve réu por ausência de autorização para interceptação telefônica. [Clique aqui e confira](#)